

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Doações podem ser abatidas do Imposto de Renda.....	3
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Governo projeta R\$ 34 bi 'extras' .....	4
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL União registra rombo fiscal recorde .....	5
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Carga tributária não justificará aumento, diz Haddad .....	7
PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Ano 'atípico', 2023 é marcado por medidas fiscais e aumento de gastos do governo .....	8
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL Lula prometeu regular aplicativos e fim da fila no INSS, mas não cumpriu .....	10
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL Déficit primário do governo atinge recorde de R\$ 39,3 bi em novembro .....	12
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS SEGURIDADE SOCIAL Saque de precatórios está previsto para próximo mês .....	13
PORTAL R7 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL Decreto que determina o salário mínimo de R\$ 1.412 é publicado .....	14
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES REFORMA TRIBUTÁRIA Governo sem marca (Editorial) .....	15
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO REFORMA TRIBUTÁRIA Uma reforma que apenas engatinha (Artigo) .....	16
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA A reforma tributária faz diferença? (Artigo) .....	18
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Economia vai bem melhor do que previam especialistas .....	20
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA Retrospectiva 2023: Congresso foca temas econômicos, como marco fiscal, reforma tributária e ICMS .....	21

Quinta-Feira, 28 de Dezembro de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deficit primário pode chegar a R\$ 130 bi em 2023, prevê Tesouro - MERCADO S/A ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Piso salarial terá ganho real de 3% em 2024 ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O problema da "agrodependência" (Editorial) ..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Pela 1ª vez desde 2017 - Preço dos alimentos, como carnes, aves e ovos, fecha o ano em queda ..... 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Presidente do BC quer juros baixos - MÍRIAM LEITÃO ..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Ibovespa supera 134 mil pontos e renova recorde ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Reajustes salariais ..... 32

# Doações podem ser abatidas do Imposto de Renda

**LUANA REIS\***

Os contribuintes têm até hoje para destinar parte do seu Imposto de Renda (IR) para doações e, assim, pagarem menos IR ou terem restituição maior em 2024.

Pessoas físicas que optam pelo modelo completo da declaração podem abater até 6% do total a ser pago e fazer uma boa ação para instituições culturais, esportivas e sociais.

O valor doado é abatido do imposto a pagar ou é devolvido, no caso dos contribuintes que têm direito à restituição.

Mas, de acordo com o IR do Bem, um movimento criado para incentivar os contribuintes a apoiarem iniciativas socioculturais, estima-se que cerca de 93% do total de 13 milhões de pessoas elegíveis para declarar o tributo desconheçam esse direito.

Segundo Renato Paixão, advogado tributário e fundador do IR do Bem, considerando o total de contribuintes do último Imposto de Renda, havia um potencial de R\$ 12,88 bilhões em doações, mas apenas 2,72% desse total foram direcionados para essa finalidade.

## LIMITE DE 6%

No site do IR do Bem, é possível encontrar instituições sociais, culturais e esportivas que aceitam doações que podem ser abatidas do IR. Também é possível calcular quanto, em reais, você pode doar até atingir 6% do total a ser pago (ou restituído).

É possível aproveitar contribuições feitas em qualquer momento de 2023. Mas, para usufruir do benefício no Imposto de Renda em 2024, as doações devem ser feitas até 28 de dezembro, o último dia fiscal do ano.

No entanto, nem todas as ONGs e instituições socioculturais estão aptas a receber essas doações para serem abatidas do tributo: somente aquelas devidamente reconhecidas pela **Receita Federal**, Ministério da Cultura ou Ministério do Esporte, explica Paixão. Cada organização tem uma conta corrente específica para receber as doações, que está vinculada ao Fisco.

Assim, a Receita automaticamente consegue detectar o contribuinte e o valor da doação. Mesmo assim, é importante guardar o recibo.

No ano que vem, basta inserir as informações na ficha "Doações Efetuadas", no programa do Imposto de Renda.

Para quem perder o prazo, ainda é possível abater doações do Imposto de Renda no ano que vem, diretamente na declaração. Neste caso, os recursos vão para o Fundo para Infância e Adolescência (FIA). Basta preencher a ficha "Doações Diretamente na Declaração" e informar o valor. O desconto, no entanto, fica restrito a 3% do valor total a ser pago (ou restituído), explica Samir Nehme, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio (CRC-RJ). (\*Estagiária, sob a supervisão de Claudia dos Santos)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo projeta R\$ 34 bi 'extras'

**Jéssica Sant"Ana**

O governo conta com uma arrecadação em torno de R\$ 34 bilhões não prevista no Orçamento de 2024 para ajudar na tentativa de zerar o déficit primário das contas públicas, relevou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

São entre R\$ 12 bilhões a R\$ 14 bilhões em depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal que devem entrar nos cofres do Tesouro no primeiro trimestre do ano que vem, no máximo em abril. Esse valor estava previsto para este ano, porém não houve tempo hábil para o banco fazer a transferência.

Há, ainda, a expectativa de arrecadar mais R\$ 20 bilhões extras com as novas regras de preço de transferência, outro valor que ficou de fora do Orçamento, afirmou o secretário. A lei foi sancionada em outubro e a nova metodologia terá vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro.

O governo também espera arrecadar mais com o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e com as regras de tributação de subvenção de ICMS concedida por Estados a empresas. Nesses dois casos, os valores já estão previstos no Orçamento, em R\$ 54 bilhões e R\$ 35 bilhões, respectivamente.

Ceron avaliou que em 2024 é mais fácil o governo surpreender positivamente o mercado do que negativamente, devido às previsões para o crescimento da economia estarem abaixo do esperado pela equipe econômica e pelo fato de os analistas projetarem rombo no ano que vem.

"Em 2024, começamos a busca pelo equilíbrio fiscal", afirmou Ceron. "Se entregarmos fiscal melhor que o projetado, isso afeta positivamente indicadores e clima. Há boas perspectivas", complementou.

Ele também informou que o governo central deve encerrar o ano de 2023 com um déficit primário em torno de R\$ 125 bilhões a R\$130 bilhões, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Este seria um resultado importante, tendo em vista

que a lei complementar 201 (de compensação a Estados e municípios) teve impacto fiscal relevante. Sem ela, déficit de 2023 seria de 1% do **PIB**, que era o nosso alvo", disse, ao se referir à meta informal traçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O secretário afirmou que um déficit igual ou menor a 1% do **PIB** não será alcançado por intercorrências como a LC201, a redução da **inflação**, que tirou em torno de R\$ 25 bilhões de arrecadação no ano, e as medidas que não tiveram efeito em 2023, como o voto de qualidade do **Carf** e a tributação das subvenções concedidas por Estados a empresas.

Segundo os dados do Tesouro Nacional divulgados ontem, o governo central registrou déficit primário de R\$ 39,389 bilhões em novembro. O resultado foi o segundo pior para o mês em termos reais em toda a série histórica, iniciada em 1997, perdendo apenas para novembro de 2016, quando o rombo foi de R\$ 54,415 bilhões.

No acumulado do ano, o resultado foi de déficit de R\$ 114,631 bilhões. Para dezembro, a expectativa do Tesouro é de que as despesas superem as receitas em torno de R\$ 10 bilhões, sem contar os gastos com a dívida pública.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, destaca que o déficit acumulado do ano, apesar de abaixo da meta fiscal, releva um crescimento permanente de despesas, o que traz pressão para as contas públicas. "O crescimento de despesas permanentes bem acima do esperado, como Previdência (+4,6%), abono/seguro desemprego (+6,7), Benefício de Prestação Continuada (+11,4%) e Bolsa Família (+82%), dificultam ainda mais a meta de zerar o déficit em 2024", avalia. Os percentuais são comparando o acumulado de janeiro a novembro deste ano com o mesmo período de 2022, descontada a **inflação**.

"O governo passou o ano investindo em medidas de aumento de arrecadação. Para 2024, precisa voltar a controlar o crescimento dos gastos. Ou a dinâmica benigna da **inflação** pode ser revertida e o ciclo de corte de juros interrompido", completa Vitória.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187750?page=1&section=1>

# União registra rombo fiscal recorde

## EDLA LULA

O governo central, que inclui o Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registrou saldo negativo de R\$ 39,4 bilhões, em novembro, conforme dados do relatório mensal do Tesouro Nacional divulgado ontem. O déficit primário (sem considerar o pagamento de juros da dívida pública) é o segundo pior da série histórica iniciada em 1997, perdendo apenas para novembro de 2016.

O dado acumulado desde janeiro eleva o buraco nas contas públicas de 2023 para R\$ 114,6 bilhões, o segundo pior da história, atrás apenas do rombo de R\$ 699,1 bilhões registrado em 2020, no auge da pandemia da covid-19. No ano passado, o governo central contabilizou saldo positivo de R\$ 47,9 bilhões no mesmo período. Analistas preveem desaceleração da economia brasileira em 2024. Alta da dívida pública pode frear expansão do **PIB** brasileiro. Ao detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que a expectativa para dezembro é de um déficit primário "ao redor de R\$ 10 bilhões", o que deve elevar o saldo negativo entre R\$ 125 bilhões e R\$ 130 bilhões nos 12 meses do ano. O resultado, adiantou Ceron, deve corresponder a 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o conjunto de bens e serviços produzidos pelo país, sem considerar os precatórios.

"Materializando-se (essa projeção), seria um resultado importante", comentou Ceron. Essa estimativa para o rombo, em torno de R\$ 130 bilhões, é a mesma prevista pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na sexta-feira passada, em café da manhã com jornalistas. O ministro também não contabilizou a emissão de R\$ 93,1 bilhões em títulos para o pagamento atrasado de dívidas judiciais da União, um calote institucionalizado pela Emenda Constitucional dos precatórios.

O secretário acrescentou que o saldo negativo poderia ser menor, se não fosse a Lei Complementar 201, que obrigou o governo a compensar estados e municípios por perdas pela redução do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis em 2022. "Sem essa despesa, o resultado estaria bem próximo do 1%, que sempre foi um alvo buscado ao longo do exercício", comentou.

De acordo com o relatório do Tesouro, a despesa total aumentou 20%, em novembro, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Somente as transferências para estados e municípios aumentaram quase 15 vezes em

relação a 2022. Os benefícios previdenciários aumentaram 5,6%, e o programa assistencial Bolsa Família, 88,1%.

Já as receitas, por sua vez, encolheram 2% em novembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, provocadas, principalmente, pelo mau desempenho da arrecadação do Imposto de Renda, com perda de R\$ 3,7 bilhões em relação a novembro de 2022. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registrou queda de R\$ 2,8 bilhões na mesma base de comparação.

Antecipando os comentários sobre o resultado de dezembro, cujo relatório será divulgado em janeiro de 2024, Ceron disse que houve, neste mês, uma redução significativa dos gastos, o que fará com que o déficit primário seja menor do que o projetado anteriormente para o ano. A previsão do último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas era de um rombo de R\$ 177 bilhões no fim de 2023. Previsões para 2024 Para o próximo ano, Ceron manteve o otimismo em relação a buscar a meta de zerar o saldo nas contas públicas. Para isso, ele conta com recursos que devem entrar nos cofres do governo e que não constavam da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Um deles é o repasse ao Tesouro pela Caixa Econômica Federal, relativo a depósitos judiciais, que pode chegar a R\$ 14 bilhões. Outros R\$ 20 bilhões devem entrar com a mudança nas regras sobre a tributação de transações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico que atuam em países diferentes.

O secretário também mencionou o atraso na implementação de medidas que deveriam iniciar este ano e ficaram para 2024, como as novas regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Questionado sobre as projeções de mercado que apontam para um déficit de 0,8% do **PIB** no ano que vem, o secretário disse ser mais otimista. "Supondo que os resultados venham melhores, isso afetará positivamente todos os outros indicadores", afirmou. "Temos boas perspectivas para 2024." Ainda hoje, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve anunciar medidas para diminuir o saldo negativo em 2024 e, quem sabe, alcançar a meta de zerar o déficit. A equipe econômica está buscando, por exemplo, alternativas para compensar as perdas com a

desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

O governo contava com o fim das desonerações em 31 de dezembro, por isso incluiu no orçamento do ano que vem a previsão de arrecadação desses **tributos**. Mas um projeto de lei aprovado no Congresso prorrogou o benefício por mais quatro anos. O impacto projetado por Haddad, por conta dessa prorrogação, é de R\$ 25 bilhões nas receitas do ano que vem.

Dívida soberana chega a R\$ 6,3 trilhões

A Dívida Pública Federal (DPF) atingiu, em novembro, R\$ 6,3 trilhões ? aumento de R\$ 153 bilhões em relação a outubro. A informação está no Relatório Mensal da Dívida, divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

Esse montante ainda está abaixo do intervalo estabelecido no Plano Anual de Financiamento (PAF) prevendo que o estoque ficaria entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

O coordenador de Operação da Dívida Pública do Tesouro, Roberto Lobarinhas, afirmou, no entanto, que o estoque dos títulos públicos negociados no mercado doméstico e no exterior encerrará o ano dentro do intervalo previsto no PAF. "É importante lembrar que ainda haverá apropriação de juros do mês de dezembro para ocorrer, em valor relevante e as emissões líquidas realizadas em dezembro, que foram num volume mais que suficiente para que esse valor de estoque fique dentro das bandas do PAF", disse.

De acordo com os dados do órgão, o crescimento do endividamento da União ocorreu porque a diferença entre os títulos emitidos pelo governo federal para ajudar a pagar as contas do mês foi R\$ 109,2 bilhões maior do que os títulos resgatados no período. Em novembro, as emissões somaram R\$ 133,9 bilhões e os resgates totalizaram R\$ 24,7 bilhões.

Os juros também ajudaram a aumentar a dívida pública em R\$ 43,8 bilhões. O total de juros apropriados no ano, até novembro, atingiu R\$ 553,5 bilhões.

Do total da DPF, R\$ 6,1 trilhões correspondem à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) ? equivalente aos títulos vendidos dentro do país. O restante, refere-se à dívida externa. Entre os maiores detentores da DPMFi estão as instituições financeiras e os fundos, com 28,9% e 23,4%, respectivamente. A fatia dos investidores estrangeiros passou de 10,2%, em outubro, para 9,9%, em novembro.

O relatório destacou que "houve a primeira emissão de

um título sustentável por parte da República, o Global 2031 ESG", no valor de R\$ 9,8 bilhões. Na DPMFi, foram emitidos R\$ 53,9 bilhões de títulos flutuantes, R\$ 41,4 bilhões de prefixados e R\$ 28,7 bilhões de índice de preços.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/28/all.pdf>**

# Carga tributária não justificará aumento, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reoneração dos combustíveis, a partir de 1º de janeiro, não deve encarecer o preço que os consumidores pagam pelo litro do diesel nos postos de abastecimento. Segundo Haddad, o aumento da carga tributária que incide sobre o diesel, decorrente da retomada da cobrança dos **impostos** federais PIS/Cofins a partir do início do próximo ano, será amenizado pelas reduções de preço já anunciadas pela Petrobras. A cobrança do PIS/Cofins do diesel estava zerada desde 2022 como forma de conter a alta dos preços e, conseqüentemente, a **inflação**.

"Esta reoneração do diesel vai ser feita, mas o impacto [esperado] é de pouco mais de R\$ 0,30", afirmou Haddad nesta terça-feira (26), após se reunir com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, que também responde pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Poucas horas antes de Haddad conversar com jornalistas, a Petrobras já tinha anunciado corte de R\$ 0,30 no preço do litro do diesel que vende às distribuidoras de combustível. Com isso, a partir de amanhã (27), a estatal petrolífera passará a vender o produto por R\$ 3,48. Segundo a empresa, no ano, a redução do preço de venda de diesel A para as distribuidoras chega 22,5%.

"A Petrobras anunciou, hoje, um segundo corte [do preço], no mês de dezembro. [Esta redução] mais que compensa a reoneração [que entrará em vigor em] 1º de janeiro", assegurou o ministro, garantindo não haver razões para alta do preço com a volta da cobrança dos **impostos** federais.

"Pelo contrário. Deveria haver uma pequena redução [do preço final]. É para todo mundo ficar atento: quando vier um argumento de aumento de preço, não tem nada a ver. Estamos em um país de livre-mercado; os preços não são tabelados; mas no que diz respeito aos preços da Petrobras, neste mês de dezembro, o preço [do diesel] caiu mais que a reoneração de 1º de janeiro." De acordo com a própria Petrobras, contudo, o valor que o consumidor paga nos postos de revenda é afetado também por outros fatores como **impostos**, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e do próprio posto.

Compensações Haddad também afirmou que as

medidas compensatórias à derrubada ao veto da desoneração da folha de pagamento serão anunciadas até a próxima quinta-feira (28). Haddad, que já havia discutido o assunto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se reuniu hoje com o secretário especial de Análise Governamental, Bruno Moretti, para, segundo ele, "afinar os detalhes finais" da proposta.

"Provavelmente, entre amanhã [27] e quinta-feira, os atos vão para o Congresso Nacional. Quando estiver tudo na Casa Civil, tudo bonitinho para ser publicado, chamo vocês para explicar as medidas - [que são] muito prudentes e bem pensadas, para que possamos pensar em termos um orçamento mais equilibrado do que tivemos este ano", declarou Haddad, ao manifestar otimismo em relação ao trâmite das propostas no Congresso Nacional.

"Vamos ter tempo de negociar com o Congresso como fizemos com todas as medidas, o ano todo. Abre os dados; há o acompanhamento eventual do TCU [Tribunal de Contas da União], checa os dados da **receita federal**, demonstra o impacto que vai ter para a economia, faz tudo bem-feito para que não haja dúvidas. E o Congresso tem sido parceiro. Não da Fazenda, mas do país. Porque o que queremos aprovar são coisas boas para o país", comentou o ministro.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=131771#page/8>

# Ano 'atípico', 2023 é marcado por medidas fiscais e aumento de gastos do governo

## Economia

/  
**Johnny Negreiros, do R7\***

A gestão econômica em 2023 do novo governo Lula foi marcada por mais **impostos**, para ricos e pobres, e aumento de gastos públicos "atípico", segundo especialista ouvido pelo R7.

A atual administração propôs e/ou trabalhou pela aprovação de pelo menos oito medidas que expandiam os **tributos** no Brasil. Foram elas:

1. Taxação de apostas esportivas. Previsão de arrecadação: de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano;

2. Taxação de lojas digitais, como a Shein. Previsão de arrecadação: de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões;

· [Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp](#)

· [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)

· [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

· [Assine a newsletter R7 em Ponto](#)

3. Impedir que subvenção a estados para investimento seja equiparada a custeio. Previsão de arrecadação: de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões;

4. Voto de qualidade do **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) em favor da União, em caso de empate. Previsão de arrecadação: R\$ 54,7 bilhões;

5. Tributação de investimentos de brasileiros no exterior e dos chamados fundos dos super-ricos. Previsão de arrecadação em 2024: R\$ 20 bilhões;

6. Veto à desoneração da folha de pagamento para 17 setores. Previsão de quanto custou por ano: R\$ 9,4 bilhões;

7. Fim da desoneração dos combustíveis. Previsão de arrecadação em 2023: R\$ 28,9 bilhões;

8. Taxação de serviços de streaming e produtores de conteúdo na internet. Sem previsão de arrecadação.

Vale lembrar que, em junho, por meio do Ministério da Fazenda, o governo federal disse à reportagem que não haveria "aumento da carga tributária".

Além de mais **impostos**, o primeiro ano deste mandato presidencial registrou aumento de gastos públicos "atípico", segundo Felipe Salto, o economista-chefe da Warren Renascença.

Isso porque, normalmente, o primeiro ano de um novo presidente é de contenção de despesas. Com a nova gestão petista, está sendo o contrário.

"Com a PEC da Transição e gastos expandidos no ano passado, contratou-se uma espécie de continuidade desses fatores para 2023, que agora exerce sua pressão sobre as contas. O ajuste fiscal, a médio prazo, depende de medidas estruturais. É bom, por exemplo, observar que o governo vem anunciando a criação de um grupo de trabalho na área de avaliação de despesas (spending reviews). Essas iniciativas ajudam, mas o problema fiscal não é pequeno", diz ele.

O governo central, que resumidamente engloba todo o Estado brasileiro, acumulava um rombo de R\$ 98 bilhões de janeiro a outubro. Isso equivale a cerca de 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto, que mede o tamanho da economia de um país).

Ainda, a dívida bruta do governo brasileiro, que envolve também os gastos com pagamentos de juros de rombos passados, chegou a R\$ 7,9 trilhões em outubro (74,7% do **PIB**). Os dados são do Banco Central.

A atual gestão federal prometeu zerar o déficit público primário de 2024. Ou seja, sem contar com os pagamentos de juros de débitos passados, a atual gestão quer ter saldo nulo no ano que vem.

Inclusive, essa tem sido a principal promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para fontes ouvidas pela reportagem e por outros agentes de mercado, a promessa de déficit zero não

será cumprida.

Nas contas do próprio governo, cumprir esse objetivo exigiria que a arrecadação tivesse aumento de R\$ 168,5 bilhões em 2024.

Para Cláudia Moreno, economista do C6 Bank, "existe uma incerteza muito grande se de fato" essa expansão nas receitas vai ocorrer. Ela prevê que, desse total, somente R\$ 100 bilhões se concretizarão.

A previsão do banco para 2024 é de saldo negativo de 0,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto). É a mesma estimativa do Warren Renascença.

Vale lembrar que o arcabouço fiscal prometia déficit de 0,5% neste ano e de 0% em 2024. Para 2025 e 2026, saldos positivo respectivamente de 0,5% e 1%.

\*Sob a supervisão de Ana Vinhas

Especialistas acreditam que redução da taxa básica de juros deve impulsionar economia brasileira

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/ano-atipico-2023-e-marcado-por-mais-impostos-e-aumento-de-gastos-do-governo-28122023>

# Lula prometeu regular aplicativos e fim da fila no INSS, mas não cumpriu

**JULIANO GALISI**

Ao longo de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu uma série de medidas como carros-chefe de sua gestão, mas não foi capaz de cumprir todas as promessas antes do fim do ano. O governo realizou parte das propostas, como o Desenrola Brasil, para a renegociação de dívidas, o fim do teto de gastos, substituído pela nova regra fiscal, e o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outros projetos, no entanto, não tiveram o mesmo destino.

O Voa Brasil, que prometia passagens aéreas a preços acessíveis, não saiu do papel, e o ministro que estava à frente da ideia foi despachado para outra pasta do primeiro escalão. Uma Medida Provisória editada por Lula em julho prometia zerar as filas do **INSS**, mas não surtiu o efeito esperado. E o desmatamento zero até 2030, apesar do prazo extenso, encontra-se com a viabilidade ameaçada em razão da onda de queimadas que afetou a região da Amazônia em 2023.

Além disso, Lula prometeu ao longo da campanha e durante o discurso de posse rever a legislação trabalhista. Uma revisão mais ampla das leis do trabalho nem sequer chegou a ser enviada ao Congresso. O governo apenas criou um grupo para discutir normas para trabalhadores de empresas por aplicativo, mas a regulamentação ainda está emperrada. O Estadão procurou a Presidência e os ministérios, que não se manifestaram. Confira as promessas não cumpridas.

**VOA BRASIL.** Em março deste ano, o ministro Márcio França, então na pasta de Portos e Aeroportos, divulgou detalhes de um programa denominado Voa Brasil, por meio do qual estudantes, aposentados e pessoas com renda até R\$ 6,8 mil poderiam ser beneficiados com passagens aéreas a preços subsidiados. Havia até a previsão para o início do programa, que estaria em vigor no segundo semestre de 2023.

Os problemas do Voa Brasil, no entanto, começaram dias depois das manifestações do ministro. Lula se irritou com a atitude de França em apresentar o programa em público, alegando que não havia tomado

conhecimento da medida. Em reunião ministerial, na mesma semana, sem citar o nome do aliado, repreendeu as "genialidades" de ministros, divulgadas antes de passar pelo crivo do governo. "É importante que nenhum ministro e nenhuma ministra anuncie publicamente qualquer política pública sem ter sido acordada com a Casa Civil, que é quem consegue fazer que a proposta seja do governo", disse Lula.

Em julho, Márcio França chegou a confirmar ao Estadão/Broadcast que o Voa Brasil seria lançado no fim de agosto.

No início de setembro, no entanto, a Esplanada passou por uma reforma para acomodar políticos do Centrão. França foi remanejado e, em seu lugar, foi nomeado Silvio Costa Filho, que se comprometeu com o avanço da medida, mas não a entregou até agora. Segundo Costa Filho, o programa ficou para 2024. O Estadão questionou a pasta dos Portos e Aeroportos sobre as razões do adiamento do programa, mas não obteve resposta.

**APLICATIVOS.** A proposta de regulamentar o trabalho por aplicativo foi prometida por Lula em janeiro. No dia 1.º de maio, o governo instituiu, por meio de decreto, um grupo de trabalho para discutir as normas para os apps de entrega e de carona. Naquele mês, as reivindicações da categoria por melhores condições de trabalho culminaram em paralisações pelo País.

Segundo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), há mais de 1,7 milhão de motoristas e entregadores por aplicativo no Brasil. No atual modelo de operação, eles estão desprovidos de direitos trabalhistas, como férias remuneradas, indenizações do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e auxílio-desemprego.

A negociação avançou com as empresas de transporte de passageiros, mas está emperrada com os aplicativos de entregas.

O grupo que discute o tema, no Ministério do Trabalho, de Luiz Marinho, enfrenta um impasse em duas questões: o valor mínimo da hora trabalhada e o que se consideraria, de fato, a hora trabalhada dos profissionais.

O ministro alegou que os aplicativos de entrega ainda

não chegaram a um acordo porque "as empresas não fizeram proposta que correspondesse aos anseios e às necessidades que os trabalhadores colocaram na mesa".

Ele ressaltou que a regulamentação "não é um acordo com o governo", mas sim um acerto entre as partes. "O governo é estimulador e intermediador." Não há consenso quanto às horas que devem ser computadas para pagamento: os trabalhadores querem que as horas totais sejam consideradas, ou seja, todo o instante em que o aplicativo estiver ligado; as empresas não querem pagar as horas quando o motorista estiver esperando por novas entregas.

**FILA DO INSS.** Em julho, o governo editou Medida Provisória para criar o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS). O objetivo era cumprir uma promessa feita no discurso de posse: reduzir as filas de atendimento no **INSS**.

Naquele momento, 1,79 milhão de pessoas aguardava por análise de solicitação de benefício e perícia médica. A MP previa o pagamento de bônus por produtividade aos servidores.

Em um mês de programa, no entanto, a redução no volume foi de apenas 5,7%: de 1,79 milhão para 1,69 milhão de pedidos sob análise. O **INSS** manteve a meta de zerar as esperas acima de 45 dias até o fim do ano, mas o objetivo não foi cumprido.

**DESMATAMENTO.** "Nossa meta é alcançar desmatamento zero na Amazônia e emissão zero de gases do efeito estufa na matriz elétrica", disse Lula, no discurso de posse, sem estabelecer prazos. Em junho, na cúpula do Novo Pacto de Financiamento Global, na França, Lula afirmou a líderes europeus que eles poderiam visitar a Amazônia com desmatamento zero em 2030. O prazo foi selado semanas depois, na assinatura da 5.ª fase do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (Ppcdam).

Para Pedro de Camargo Neto, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, a meta de zerar o desmate só em 2030 é "inaceitável", pois Belém sediará a 30.ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas em 2025 e, até lá, o País já deveria estar em posição de liderança no tema.

O desmatamento na Amazônia caiu 22,3% em um ano. O balanço do Ministério do Meio Ambiente trata do período entre agosto de 2022 e julho de 2023.

É a primeira vez desde 2019 que a taxa de desmate fica abaixo de 10 mil km². No período da gestão de Lula, a queda foi mais acentuada. A onda de

queimadas na região do bioma, no entanto, ainda é preocupante. Em outubro, Manaus, foi encoberta por uma nuvem de fumaça e registrou a segunda pior qualidade de ar do mundo.

A situação pode piorar em 2024. A verba para Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias encolheu e terá R\$ 4 milhões a menos no Orçamento da União, aprovado pelo Congresso. O valor caiu de R\$ 67 milhões para R\$ 62,6 milhões.

"É importante que nenhum ministro anuncie publicamente qualquer política pública sem ter sido acordada com a Casa Civil, que é quem consegue fazer que a proposta seja do governo." Luiz Inácio Lula da Silva Presidente

Justificativas Costa Filho afirmou que programa ficou para 2024 e Marinho alegou impasse em negociações

Para entender

I Voa Brasil O ministro Márcio França anunciou programa de passagens aéreas a preços subsidiados. No segundo semestre, França foi substituído por Silvano Costa Filho. Ele disse que manteria a promessa, mas o programa não foi entregue.

I Trabalho por aplicativo Lula criou grupo de trabalho para regulamentar o trabalho por aplicativo de entregas e de transporte. Impasses entre as empresas e os trabalhadores fizeram com que uma decisão não saísse do papel.

I Fila do **INSS**

O governo criou programa para resolver o problema. Em um mês de programa, a redução da fila foi de apenas 5,7%.

O **INSS** manteve a promessa de zerar esperas acima de 45, mas não cumpriu.

I Desmatamento zero Lula prometeu zerar o desmatamento até 2030. Entre agosto de 2022 e julho de 2023, o desmatamento na Amazônia retrocedeu 22,3%. Para 2024, a verba pra prevenção de incêndios caiu R\$ 4 milhões.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Lula prometeu regular aplicativos e fim da fila no **INSS**, mas não cumpriu

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Déficit primário do governo atinge recorde de R\$ 39,3 bi em novembro

**I AMANDA PUPO e CÉLIA FROUFE/BRASÍLIA**

As contas do governo central fecharam no vermelho em novembro.

No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 39,389 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R\$ 18,277 bilhões em outubro. Os dados, que reúnem as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, foram divulgados ontem pelo Tesouro.

Foi o pior resultado em termos nominais para o mês da série histórica - iniciada em janeiro de 1997. Como comparação, em novembro de 2022 o resultado havia sido negativo em R\$ 14,756 bilhões.

No acumulado do ano até novembro, as contas do governo registram déficit de R\$ 114,631 bilhões, o pior resultado desde 2020, em termos nominais, quando fechou com déficit de R\$ 699,122 bilhões. Já em 12 meses até novembro, o governo apresenta um déficit de R\$ 109,7 bilhões - equivalente a 1,05% do **PIB**.

## PRÓXIMO DA META.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que a expectativa para o resultado fiscal de dezembro é algo ao redor de um déficit de R\$ 10 bilhões. Com isso, segundo ele, o número final no ano deve ficar próximo de um rombo de R\$ 125 bilhões, podendo chegar a R\$ 130 bilhões.

Se confirmado esse valor, de acordo com ele, o resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) seria um déficit da ordem de 1,2% do **PIB** - pouco acima do 1% indicado como meta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Este seria um resultado importante.

Se se materializar o que estamos aguardando (para estes últimos dias de 2023), vamos ficar muito próximos do que estávamos esperando para o ano, apesar de todas as intercorrências que aconteceram", disse ele, salientando o impacto fiscal da medida de compensação a Estados pelas perdas de arrecadação do ICMS no ano passado. "Sem essa despesa, (o déficit) estaria próximo de 1%, algo bem próximo ao

buscado no exercício." Evitando bater de frente com o mercado, Ceron procurou minimizar o ceticismo de analistas de bancos e consultorias em torno da meta fiscal de 2024 - a previsão é de um rombo de 0,8% do **PIB**, apesar da insistência da equipe econômica na meta de déficit zero. "Em geral, é uma busca para ver quem erra menos."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Saque de precatórios está previsto para próximo mês

A Justiça Federal disponibilizará para saque ainda em janeiro os R\$ 93 bilhões em precatórios pagos neste mês pelo governo federal, por meio de medida provisória. Os pagamentos incluem R\$ 27,7 bilhões em causas judiciais vencidas por aposentados e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Deste total, R\$ 2,2 bilhões foram reservados para as requisições de pequeno valor (RPVs) de 132.054 beneficiários que ganharam 101.684 processos. E o restante, R\$ 25 bilhões, deverá ir para os precatórios previdenciários.

Para saber se tem direito a receber este dinheiro e a data exata em que os valores estarão disponíveis, o advogado responsável pela causa deverá fazer consulta ao processo ou o próprio autor pode ir ao site do Tribunal Regional Federal (TRF) em que a ação tramita. Na internet é possível consultai\* pelo número do CPF do credor, pelo registro do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou pelo número do processo judicial.

Cabe aos tribunais regionais federais operacionalizar os pagamentos. O Conselho da Justiça Federal (CJF) garantiu que os valores serão integralmente repassados até o fim dezembro, e os tribunais já informaram que as cifras estarão disponíveis para saque a partir de janeiro, em contas judiciais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil (BB).

- Há muito trabalho a ser feito para que a decisão vire realidade. O CJF e os TRFs trabalham em força máxima para permitir que o pagamento aconteça - afirmou o juiz Daniel Marchionatti, secretário-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF).

## Alerta

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos. Os pagamentos, nesse caso, costumam ser feitos uma vez por ano.

Com a divulgação sobre pagamento dos precatórios, o CJF alerta para golpistas que buscam se aproveitar da situação por meio de golpes por telefone e aplicativos de mensagem. O conselho lembra que não é necessário fazer nenhum pagamento prévio para

receber ou antecipar a liberação de um precatório.

**Site:** [https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231228&\\_gl=1\\*a8hwhy\\*\\_gcl\\_au\\*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40](https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20231228&_gl=1*a8hwhy*_gcl_au*MTcxNjUzNDA0My4xNzAyMTA5MDAx#page/40)

# Decreto que determina o salário mínimo de R\$ 1.412 é publicado

Brasília

/  
Carlos Eduardo Bafutto e Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Carlos Eduardo Bafutto e Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

Foi publicado nesta quarta-feira (27), em edição extra do Diário Oficial da União, o decreto que estipula o salário mínimo nacional de R\$ 1.412 a partir de 1º de janeiro de 2024. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou o texto assinado antes de partir para o recesso de fim de ano.

Os deputados e os senadores aprovaram na última sexta-feira (22) o Orçamento de 2024, dispositivo que detalha as receitas, os gastos, os investimentos e as metas do governo federal para o próximo ano. O texto trouxe atualização em relação ao salário mínimo. A correção adotada foi de 3,85%, e não de 4,48%. Na prática, significa que o mínimo aplicado em 2024 será de R\$ 1.412 - R\$ 92 a mais que o atual (R\$ 1.320).

O novo valor reflete-se não só na remuneração dos trabalhadores, mas também nos benefícios. Entre eles estão aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pelo **INSS**. Também no seguro-desemprego, no abono salarial PIS/Pasep e no BCP (Benefício da Prestação Continuada). Da mesma forma, a contribuição para o **INSS** passará a ser paga pelo novo valor do mínimo.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 60,3 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O estudo mostra que cada real acrescido ao salário mínimo provoca impacto estimado em R\$ 322,8 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da **Previdência Social**.

Na terça-feira (26), Lula embarcou para a restinga da Marambaia, área privativa de praia no litoral sul do Rio de Janeiro. A previsão é que o presidente e a primeira-dama, Janja da Silva, passem o Réveillon no local. O descanso deve durar até 3 de janeiro, período em que não há compromissos oficiais do chefe de Estado planejados.

A restinga da Marambaia, com cerca de 40 km de extensão e largura que varia de 120 a 1.800 metros, serve como uma ilha-barreira que divide a baía de Sepetiba e o oceano Atlântico. A parte submersa da restinga chega a 2 metros de profundidade. O local é uma faixa de areia contínua, com dunas e arbustos. A administração da região é dividida entre o Exército, a Marinha e a Força Aérea.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

**Site:** <https://noticias.r7.com/brasilia/decreto-que-determina-o-valor-do-salario-minimo-de-r-1412-e-publicado-27122023>

## Governo sem marca (Editorial)

O presidente Lula da Silva voltou ao Palácio do Planalto em 2023 sem grandes expectativas, pois afinal não se elegeu em razão de ideias novas e projetos ousados, e sim porque a rejeição ao então presidente Jair Bolsonaro provou ser maior que a sua. Sua vitória dizia mais respeito ao passado do que ao futuro: foi uma espetacular volta por cima, depois de anos de escândalos de corrupção que culminaram com sua prisão - revertida não porque sua inocência tenha sido comprovada, mas por vícios processuais - e quando ainda estava fresca na memória nacional a tragédia do governo de Dilma Rousseff, criatura de Lula.

Não é pouca coisa.

Ainda assim, cobrado insistentemente durante a campanha sobre o que pretendia fazer caso fosse eleito, Lula limitou-se a dizer que estava ali, sobretudo, para "salvar a democracia". Uma vez salva a democracia, obviamente não por méritos de Lula, e sim porque as instituições republicanas resistiram ao assalto bolsonarista, restou um governo eleito sem projeto definido.

Ao final do primeiro ano, período em que normalmente os presidente dizem a que vieram, a malaise é evidente, e mesmo em áreas nas quais o governo mostrou empenho genuíno, como na Fazenda ou nas Relações Exteriores, os resultados foram relativamente frustrantes.

Ao mesmo tempo que tratou de restaurar a imagem internacional do Brasil, transformado em orgulhoso pária por Bolsonaro, Lula não aproveitou todo o capital político que o País tem por sua natural liderança na área ambiental, preferindo meter-se em querelas nas quais a diplomacia brasileira, por mais habilidosa que seja, não tinha capacidade nenhuma de interferir. Ademais, alinhou o Brasil a blocos claramente enviesados contra o Ocidente, particularmente os EUA. O tal "Sul Global" de que Lula tanto fala nada mais é do que o nome fantasia do quintal chinês, onde o Brasil é mero vassalo dos interesses de Pequim.

Na Fazenda, destaque-se, por justiça, o trabalho do ministro Fernando Haddad, que em vários momentos conseguiu dobrar um Congresso fortemente hostil ao PT, ajudando a encaminhar a **reforma tributária**. E mostrou sangue-frio ao enfrentar o "fogo amigo" do próprio PT e do presidente. Ou seja, Haddad fez da Fazenda uma ilha de bom senso cercada de tubarões petistas por todos os lados, mas há dúvidas razoáveis

sobre sua capacidade de resistir a esse cerco por mais três anos, nos quais haverá duas eleições - e todos sabem o que os governos petistas são capazes de fazer para vencê-las.

Lula retornou ao poder embevecido pela própria glória, com a autodeclarada aura de ser uma "ideia" - para usar a expressão com que se definiu no discurso que fez antes de ir para a prisão, em abril de 2018. O petista segue a cartilha dos líderes que só conseguem enxergar as próprias virtudes, e não raro transfere para ministros a responsabilidade pela ausência de grandes feitos. Ele ainda parece trabalhar como se tivesse ganhado a eleição muito mais para impedir que Bolsonaro vencesse do que para governar. Sobram-lhe planos, retóricas e simbologias. Faltam-lhe projetos compatíveis com os desafios de um Brasil hoje distante de 2002 ou de 2010.

Num país que saiu das urnas cindido, Lula tinha o dever de articular um processo de união e de reconstrução nacional, como, aliás, prometeu. Mas, fiel à sua natureza sindical, optou por continuar a ser uma fonte permanente de divisões. É cansativo.

Mas ano novo é tempo de esperança, então não custa nada esperar que Lula demonstre que não venceu a eleição só para desmoralizar o juiz que mandou prendê-lo. O tempo é para o atual governo tanto um apoio quanto ameaça.

Drummond chamou de genial "quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano". Ao fazer isso, disse, "industrializou a esperança", pois 12 meses são suficientes para cansar qualquer ser humano. Mas aí, lembra Drummond, "entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez (...) com outra vontade de acreditar que daqui pra adiante vai ser diferente". Nada mais longe da poesia do que a política, mas Lula conhece não só o poder da esperança, como também a força demolidora do desencanto

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Uma reforma que apenas engatinha (Artigo)

**José Serra ECONOMISTA**

Em que pese todo o júbilo em torno da aprovação da Emenda Constitucional 132, que promove diversas modificações em **tributos** brasileiros, há sólidos motivos para preocupações em relação aos próximos anos. Primeiro, porque a reforma atinge apenas parte do sistema tributário nacional. Segundo, porque o texto que lhe deu origem apenas fixou elementos gerais, cuja operacionalização, por meio de legislação complementar e ordinária, gerará imensas discussões.

Não se trata de uma **reforma tributária**, e sim de uma reforma de uma parte do sistema de **tributos** brasileiro, enfocando os **impostos** indiretos.

Esse foco parcial pode, inclusive, agravar problemas que o atual sistema já apresentava.

O maior exemplo é a tributação da folha salarial e as contribuições que a têm como base de incidência. Como o valor adicionado, base do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), é principalmente salário, o novo tributo aumenta o estresse sobre essa linha de incidência, o que é contraproducente tanto para a arrecadação quanto para a geração de empregos.

Adicionalmente, há que admitir que, embora esteja sendo alardeado como um imposto inovador, o IBS/CBS (IVA brasileiro) é um tributo que nasce velho, dado que a ampla expansão da automação em todos os segmentos da atividade econômica implica redução da oferta de empregos. É necessário atentar para o fato de que a nova economia digital gera negócios de muito mais complexidade do que a tributação pelo valor agregado. Teremos um velho IVA, que dificultará a geração de postos de trabalho, sem garantias de uma dinâmica arrecadatória favorável.

Estes, no entanto, não são os maiores problemas da implantação de um novo sistema. Há elementos expressivos para antever turbulências de magnitude. O primeiro aspecto é o rompimento do pacto federativo que a emenda constitucional nos trouxe. Desde sempre o Brasil mantém um equilíbrio instável entre o governo federal, dotado de ampla capacidade de gestão da tributação, e Estados, cujos governadores detêm o comando sobre a administração de importantes **tributos**, notadamente o ICMS.

O desenho atual da implementação da CBS, num primeiro momento, e do IBS (apenas na sequência e

lentamente) abre uma imensa possibilidade de que os governadores tenham de ir a reboque das decisões federais em torno da CBS. Mesmo com Comitê Gestor e legislação unificada, é forçoso apontar que a reforma prevê o esvaziamento da capacidade estadual de comandar suas receitas. Quando isso ficar claro, a tensão em torno da regulamentação da reforma subirá dramaticamente.

O novo tributo promoverá uma imensa reorganização dos preços relativos, dado que a arrecadação atual está condicionada pela administração tributária que, por anos de ajuste das condições de realização de bens e serviços em mercado, definiu um perfil viável de incidência e base de cálculo. Agora, as bases de incidência serão redefinidas e uma alíquota padrão será incidente sobre elas. Os ajustes dos preços irão gerar grande tensão nas estruturas de mercado.

O problema da alíquota é essencial. Talvez seja a primeira vez na história que um tributo vira lei sem que se saiba qual sua alíquota. E não é assim porque isenções e alíquotas preferenciais se puseram - os 25% antes propalados já tinham virado 27%, mas muitos analistas sustentam que deva se situar acima de 33%. Ao mesmo tempo, dificilmente os combustíveis serão mantidos neste patamar, por sua capacidade de geração de recursos.

O novo sistema insere um imenso risco para o cálculo das condições de funcionamento da atividade econômica. O empresário não saberá nem o preço do seu produto nem os preços de insumos até o estabelecimento das alíquotas de referência. Isso para uma série de anos. Análises de crédito para empresas encontrarão a dificuldade de precificar compras e vendas da empresa no período em que a alíquota do tributo será definida anualmente. O mesmo para a avaliação de operações vinculadas a recebíveis ou debêntures.

Todo o processo de construção da emenda foi caracterizado por jogar para a União os grandes encargos da mudança tributária. Os incentivos concedidos pelos Estados viraram um fundo alimentado pelo Executivo federal, sem limite financeiro, por exemplo. Tendo em conta que a legislação complementar enfrentará situações de elevado conflito, a manutenção do mesmo perfil de solução (jogar para a União) poderá produzir uma situação fiscal insustentável para o governo federal.

Por fim, não há como deixar de apontar que a

tramitação da reforma, ao contrário do que muitos dizem, não foi uma vitória da democracia. O processo legislativo foi atropelado e isso só pode resultar em novos lances da disputa tributária. Um ponto exprime muito bem a insólita condução do projeto. O saneamento foi retirado do rol de setores com tributação específica, ao que parece, por uma questão de natureza regional. Ou seja, o atropelo deu lugar a uma decisão que prejudica todo o País, notadamente os mais pobres.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A reforma tributária faz diferença? (Artigo)

*Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial.*

O ano se encerra com boas notícias na área econômica, especialmente a **reforma tributária** que cria o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). A reforma ajudará a transformar a economia brasileira, diminuindo o custo de se pagar **impostos** e incentivando a melhor alocação do capital, com mais investimentos, inclusive do estrangeiro.

A reforma deve-se a muitas pessoas e, em especial, à pertinácia do secretário especial Bernard Appy. Ele abraçou a causa há mais de uma década, enfrentando as complexidades de uma reforma em um país federativo, ao mesmo tempo em que soube repartir o protagonismo com o Congresso, técnicos de primeiro calibre dedicados à reforma, juristas e inúmeros agentes das três esferas da Federação.

Ao contrário do nosso primeiro imposto não cumulativo sobre o consumo, o ICMS, o IVA foi construído sob a égide da democracia, com ampla discussão, e refletindo os inúmeros interesses e compromissos que movem o Congresso. Entre eles, a adaptação do calendário do IVA à "convalidação" dos benefícios fiscais consagrada em 2017, que estendeu os benefícios existentes por mais 15 anos. Por isso, o IVA estadual só encontrará sua plenitude em 2033, enquanto o IVA federal virá mais rápido. Chegar a esse tipo de acordo é do jogo democrático, e o resultado, se parece menos eficiente, provavelmente será mais robusto.

A reforma traz um conjunto relativamente simples de regras no lugar da miríade de comandos encontrados nos 27 códigos tributários estaduais, muitos deles ambíguos, apesar de suas minudências bizantinas. O IVA dual ainda tem exceções setoriais e dará a Estados e municípios certa latitude para fixar alíquotas e benefícios, mas em magnitude muito menor do que o atual ICMS e, sendo cobrado no destino, com mais equidade e eficiência.

A simplificação trazida pelo IVA também tornará o conceito de não cumulatividade mais operacional, substituindo o complicado crédito baseado nos insumos pelo muito mais simples crédito financeiro, reconhecido quando o imposto pago nos elos precedentes da cadeia é destacado no documento fiscal das compras da empresa.

Essa mudança facilitará a restituição dos créditos às empresas, a automação da cobrança e a contabilidade do tributo, conciliando os seus aspectos de caixa e competência. Os ganhos dessa automação para as empresas e o Fisco serão parecidos com aquele trazido pelo Pix para pessoas e bancos e aquele prometido pelo Drex para os contratos, se os protocolos de pagamento digital entre empresas incluírem as informações fiscais relevantes.

A reforma promulgada nos aproxima da Europa, onde as contas de advogado, arquiteto, ou encanador vêm com o IVA (e.g., de 17%-20%) destacado e explicitado. Ela também nos emparelha com a Índia, um dos nossos maiores competidores nos mercados mundiais, com população e economia maiores que as do Brasil. A implementação da reforma do IVA de 2017 tem tido ótimos resultados, apesar da Índia ser relativamente pobre e ter um setor informal e uma complexidade federativa tão grandes ou maiores que o Brasil. Claro que a Índia já mandou uma nave à Lua, mas dá para acreditar que o Brasil consiga não ficar muito atrás dela na implementação do IVA, até pela maturidade de nossos mercados e instituições.

Como com qualquer inovação, a implementação do IVA suscitará dúvidas, inclusive jurídicas. Nos foros de debates fala-se dos desafios de esclarecer novos conceitos constitucionais, lidar com exceções de última hora e aprovar ainda em 2024 as Leis Complementares necessárias para ancorar logo a reforma. Esses desafios não devem nos desestimular. Nesse sentido, aliás, ouvi recentemente em um debate que a promulgação da Emenda Constitucional seria apenas a travessia do Mar Vermelho, a chegada à terra prometida podendo estar ainda muito longe.

A comparação com o Mar Vermelho é pertinente em vários aspectos. Primeiro, porque a travessia deu-se por razões táticas, assim como certas concessões na reforma. Avançar pelo caminho mais curto poderia, conforme o texto sagrado, gerar embates com riscos de retrocesso. Segundo, feita a travessia, alguns dos que foram enviados para espiar a terra prometida voltaram falando de gigantes invencíveis que tornariam impossível conquistá-la. O desânimo e desconfiança daí gerados, apesar de dois dos enviados terem afirmado que a empreitada era possível e valia a pena, foi o que levou a travessia, que poderia ter sido de 40 dias, ter levado 40 anos. Então, é torcer para não se ter medo dos gigantes da implementação nem se perder em contendas, porque a reforma vale a pena.

A reforma já ajudará a enfrentar o maior desafio econômico de 2024, que será a capacidade de a indústria brasileira responder às condições de demanda decorrentes da **inflação** baixa e bom desempenho do setor externo.

A trajetória de juros apontada pelo Banco Central sugere que o consumo das famílias cresça 3% e o investimento próximo disso em 2024. Por ser mais sensível aos juros, a demanda por bens deve crescer mais rápido do que aquela por serviços, que já vem crescendo há dois anos. Como essa demanda adicional se traduzirá em **PIB** dependerá da oferta doméstica. A maior demanda por bens poderá ser atendida pela indústria nacional, estimulando o **PIB**, por mais importações ou com maior **inflação**, aí prejudicando o **PIB**.

A expansão da oferta na indústria, que está sem muita capacidade ociosa pelos anos de pouco investimento, dependerá da sua confiança na economia e competitividade. A recente melhora do rating soberano mostra que o sucesso da reforma aumentará essa confiança, e a simplificação que ela traz às cadeias de produção mais complexas tornará a indústria mais competitiva, sem prejuízo do protagonismo do país na transição energética global e das novas oportunidades em serviços.

Ou seja, a implementação exitosa da **reforma tributária**, com preciosas contribuições dos juristas brasileiros, ajudará a crescermos sem pressão inflacionária em 2024 e a modernizar a economia, diminuindo no médio prazo as barreiras ao investimento estrangeiro, inclusive na modalidade de "nearshoring".

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
A **reforma tributária** faz diferença?

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187750?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187750?page=1&section=1)

# Economia vai bem melhor do que previam especialistas

**Marcos Augusto Gonçalves**

Na visão de analistas e de economistas de instituições financeiras, 2023 começou como um desastre anunciado. Nuvens carregadas prefiguravam para o ano um cenário de estagnação do **PIB**, **inflação** resistente em alta, juros futuros ascendentes e descontrole governamental, com ameaçador retorno aos padrões mais preocupantes do passado.

Ainda em março, as expectativas da maioria dos entendidos, não a simples opinião, continuavam bastante negativas. E equivocadas. A mediana do boletim Focus, uma consulta que o Banco Central faz ao oráculo de seus pares do mercado, apontava para um crescimento do **PIB** de 0,84% até o fim do ano.

Diante dos números divulgados, influentes analistas, na confortável tarefa de prestigiar o boletim de bancos e financeiras, afirmavam que seria isso mesmo e que não haveria motivo para imaginar alguma coisa diferente. Sob Lula o crescimento não chegaria nem sequer a 1%.

Sabemos hoje que o **PIB** vai fechar o ano com expansão de 3% .

Aos primeiros sinais de que as expectativas estavam furadas, vieram reações. "Ah, foi o agro", disseram alguns quase em tom acusatório. A "culpa" era da supersafra, financiada, aliás, por vultosos recursos públicos. Mas, afinal, os economistas e seus modelos não sabiam o que estava acontecendo no agro?

Logo vieram também os sinais de desinflação. O Focus foi mais uma vez surpreendido. "Mas o núcleo resiste, o núcleo resiste", sussurravam pelos corredores da Faria Lima. Para piorar, verificou-se uma retomada significativa dos negócios na Bolsa de Valores, que aliás termina o ano com recorde de pontos . Paralelamente, as manchetes da imprensa foram se aproximando do recorde do uso da fórmula "indicador surpreende". **PIB** surpreende, IPCA surpreende, Bolsa surpreende...

Claro que resultados melhores não garantem um panorama róseo. Mas a aprovação da **reforma tributária**, que ainda vai dar trabalho, e a de propostas cruciais para a Fazenda não inspiram pessimismo. Agências de avaliação de risco, por duvidosas que

sejam, subiram a nota do Brasil.

Com as recentes vitórias no Congresso e novas medidas para a arrecadação, Lula e seu ministro Fernando Haddad ampliaram o placar no final do tempo regulamentar e vão para 2024 com vantagem clara. Sim, sofrerão cobranças sobre o déficit zero, que na verdade ninguém espera (tudo bem, desde que o resultado seja comportado), e continuará a ladainha por cortes na carne, com choro e ranger de dentes. O que não é ruim, diga-se, como contraponto político.

Os tiros n'água dos especialistas têm, na realidade, um passado de reincidências. Para 2022 mesmo, o último ano de Jair Bolsonaro , as pitonisas estimavam crescimento de 0,4% do **PIB** -e terminou em 2,9%.

Bernardo Guimarães tratou do tema numa coluna nesta Folha . Comparou o histórico de desacertos do Focus sobre crescimento com o que seria um chute desinformado razoável, ou seja, a aposta que o **PIB** iria aumentar o mesmo que havia aumentado no ano anterior. "Um chute desinformado erraria muito mais. A diferença, porém, não é tão grande assim: a média dos erros das expectativas de mercado é 58% da média dos erros dos chutes", mostrou. Lembrou também que "com exceção de 2017 e 2021, nos últimos dez anos, os erros de previsão das expectativas de mercado e do chute desinformado foram muito parecidos".

O economista levanta algumas hipóteses para o fiasco, mas afirma que parte da explicação "é que não entendemos tanto sobre o que acontece na economia ". Eis uma constatação intelectualmente honesta e humilde, que talvez por si seja um bom convite a moderar as atenções dispensadas a tais prognósticos, que já recomecem, aliás, a se arriscar para 2024. Afinal, o que vale mesmo é a prova do pudim.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcosaugustogoncalves/2023/11/fora-de-focus-e-especialistas-erraram-2023.shtml>

# Retrospectiva 2023: Congresso foca temas econômicos, como marco fiscal, reforma tributária e ICMS

**Brasília**

**Do R7, em Brasília**

Proposta do governo federal sobre novas regras fiscais para o país é apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad

Diogo Zacarias/ Ministério da Fazenda

"Uma regra fiscal sólida, confiável e ajustada à realidade

do Brasil", afirma Haddad sobre o arcabouço apresentado ao

Congresso Nacional

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Após aprovação no Senado, Lula sanciona o arcabouço fiscal, mas veta dois trechos do texto em agosto

Ricardo Stuckert/PR

O Congresso Nacional derruba o veto de Lula à lei do arcabouço fiscal que permitia ao governo excluir gastos com serviços

públicos da meta fiscal

Lula Marques/ Agência Brasil

Texto da **reforma tributária** é apresentado pelo relator para ir à votação no plenário

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

**Reforma tributária** é aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Congresso Nacional promulga texto da emenda

constitucional da **reforma tributária**

Lula Marques/Agência Brasil

Marco temporal entra em discussão no Senado; saiba mais sobre a proposta

Antônio Cruz/Agência Brasil

Por 9 votos a 2, STF derruba marco temporal e dá vitória a

indígenas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Contra a decisão do STF, o Senado aprova o projeto de lei do marco temporal

Lula Marques/ Agência Brasil

Lula veta o projeto de lei do marco temporal, mas o Congresso derruba e restabelece o marco

temporal das terras indígenas

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Congresso derruba o veto presidencial à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até 2027

Jefferson Rudy/Agência Senado

Em pauta no Senado, medida provisória das subvenções é uma das prioridades do governo com potencial para arrecadar cerca de R\$ 35 bilhões em 2024; entenda sobre a medida

Geraldo Magela/Agência Senado

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/fotos/retrospectiva-2023-congresso-foca-temas-economicos-como-marco-fiscal-reforma-tributaria-e-icms-28122023>

# Deficit primário pode chegar a R\$ 130 bi em 2023, prevê Tesouro - MERCADO S/A

**AMAURI SEGALLA**

A julgar pelos resultados de 2023, parece cada vez mais distante o objetivo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o deficit do governo central em 2024. De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o deficit primário em 2023 ficará entre R\$ 125 bilhões e R\$ 130 bilhões, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Apenas em dezembro, a expectativa é de rombo de R\$ 10 bilhões nas contas públicas. Registre-se que, até novembro, o saldo negativo acumulado é de R\$ 114 bilhões, o que se deve sobretudo ao crescimento das despesas permanentes bem acima do esperado, como previdência e seguro-desemprego. Ou seja: por mais que o governo busque medidas para aumentar as receitas, é fundamental cortar gastos - o problema é que não há indicações de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretenda seguir tal caminho. Portanto, não será surpresa para ninguém se o deficit público seguir em alta no ano que vem.

Principal jornal dos Estados Unidos processa ChatGPT A inteligência artificial está na mira das empresas de mídia. Ontem, o jornal americano The New York Times abriu um processo judicial contra a OpenAI, dona da IA ChatGPT, e a Microsoft, que investiu US\$ 13 bilhões na plataforma, por violação de direitos autorais. Segundo o NYT, seus artigos foram usados, sem autorização, para treinar o ChatGPT. "Usar a valiosa propriedade intelectual de terceiros, sem pagar por isso, tem sido extremamente lucrativo para os réus", diz a ação do jornal.

Montadora associada à Toyota é acusada de adulterar testes de segurança Um escândalo nacional abala a indústria automotiva do Japão. Montadora que pertence à Toyota, a Daihatsu interrompeu a produção de veículos após admitir que falsificou resultados de testes de segurança nos últimos 34 anos. Ao menos 64 modelos tiveram seus testes adulterados - alguns deles vendidos com a marca Toyota -, mas o número poderá ser maior, conforme avançam as investigações. As manipulações de dados começaram em 1989 e ganharam intensidade a partir de 2014. Desde então, nunca pararam.

Campos Neto diz que "é importante entregar juros baixos" O presidente Lula passou boa parte de 2023 criticando Roberto Campos Neto pela condução da

política monetária. Segundo ele, o chefe do Banco Central não cortou os juros na velocidade desejada porque jogava contra o governo. Em entrevista à emissora GloboNews, Campos Neto foi incisivo sobre seus objetivos - e colocou um ponto final nas dúvidas a respeito de suas reais intenções: "2024 vai ser meu último ano como presidente do Banco Central e é importante entregar os juros o mais baixo possível." » Um estudo sobre expectativas para 2024 realizado pela VTrends, hub de pesquisa da Vivo, apontou que, para 66% dos entrevistados, a tecnologia continuará sendo uma ferramenta importante para se conectar com as pessoas. A prova de que a inovação seguirá em alta é que 56% acreditam que irão surgir novas ferramentas que vão mudar a forma como interagimos com o mundo.

» A rede de varejo de insumos agrícolas Lavoro conclui, nesta semana, a compra da Coram, reforçando a sua presença nos mercados de cana-de-açúcar de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. É um negócio de peso: a Coram tem 50 funcionários e possui uma carteira formada por 1,2 mil clientes ativos.

» A companhia aérea Azul aposta alto no carnaval de 2024. Diante da demanda já aquecida para o feriado, a empresa decidiu aumentar em 56% o número de voos extras para o período. Serão acrescentados 170 voos partindo do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, seu principal hub de conexão, para 60 cidades brasileiras, com destaque para o Nordeste.

» O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) condenou a plataforma de reservas de hotéis Booking.com a indenizar os consumidores que tiveram hospedagens para o período de festas de fim de ano canceladas sem **comunicado** prévio. O valor a ser pago foi fixado pela corte paulista em R\$ 2,5 mil para cada consumidor lesado.

R\$ 122

**BILHÕES**

é quanto o governo federal espera arrecadar em 2024 com o novo modelo de concessões rodoviárias. Entre as mudanças anunciadas, está a reformulação regulatória

A **inflação** voltou para 4,5%, dentro da meta, e

poderia ter sido ainda menor se não fosse a volta dos **impostos** sobre combustíveis" Eduardo Yuki superintendente-executivo de macroeconomia do Banco Safra

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/28/all.pdf>**

# Piso salarial terá ganho real de 3% em 2024

## **EDLA LULA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, decreto autorizando o novo valor do salário mínimo de R\$ 1.412 a partir de 1º de janeiro de 2024. O novo mínimo terá um ganho real (acima da inflação) de 3% pelas estimativas do governo.

O valor previsto no decreto publicado em edição extra do Diário Oficial da União, ontem, representa alta de 6,8% em comparação aos atuais R\$ 1.320. Lula assinou o decreto antes de viajar para o Rio de Janeiro, onde passará as férias. Ele retornará no dia 3 de janeiro, após a comemorações de fim de ano.

A nova forma de cálculo do piso salarial foi retomada em maio deste ano, por meio de medida provisória (MP). A metodologia considera a variação da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Abono salarial: prazo para saque acaba nesta quinta; saiba mais Haddad anunciará medidas para diminuir saldo negativo em 2024 Como a inflação calculada no período de 12 meses terminados em novembro foi de 3,85%, o aumento real foi de 3%, equivalente ao crescimento econômico de 2022.

A política de valorização do salário mínimo é uma marca dos governos petistas desde 2003. A fórmula atual vigorou entre 2007 e 2019. Por isso, foi necessária a edição da MP neste ano. O objetivo é fazer com que o reajuste do salário mínimo não fique restrito à recomposição das perdas provocadas pela inflação, mas que haja ganho acima da inflação.

"É preciso lembrar que a valorização do salário mínimo não é essencial apenas para quem ganha salário mínimo. Com mais dinheiro em circulação, as vendas do comércio aumentam, a indústria produz mais. A roda da economia volta a girar e novos empregos são criados", disse Lula quando anunciou a nova política, em pronunciamento à nação em comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores, em 1º de maio. Além dos trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílio-doença ou de prestação continuada (BPC) serão contemplados.

### **Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/28/all.pdf>

# O problema da "agrodependência" (Editorial)

O ano excepcional da agricultura brasileira vai garantir para 2023 um crescimento econômico em torno de 3%, como preveem analistas econômicos. Resultado razoável para um ano de cenário mundial crítico, marcado por guerras, catástrofes climáticas e comportamento inflacionário de difícil controle. O vigor do agronegócio foi mais do que um alívio: foi a salvação do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. A questão é que, durante todo o ano, nenhum novo caminho foi efetivamente aberto para reduzir a "agrodependência" da economia brasileira. E aí começa o problema de 2024.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente o segundo prognóstico da produção agrícola para a safra do ano que vem. Estima-se em 306,2 milhões de toneladas, um recuo de 2,3% (menos 10,1 milhões de toneladas) em relação à supersafra de 2023, resultado que pode piorar especialmente por causa de adversidades climáticas. Ao que tudo indica, o notável crescimento de 20,2% conquistado neste ano será um recorde difícil de ser batido, ao menos no curto prazo.

Como mostrou o Broadcast/Estadão, o gerente do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, Carlos Barradas, explicou que, com os prejuízos causados pelas enchentes no Sul do País e a seca no Centro-Oeste, a produção de 2024 começou mal. "Vamos ver se a gente reverte", disse, refletindo a torcida que é de todo o País.

A grande questão é que a economia não pode ficar à mercê da sorte. É urgente um plano B para suprir eventuais percalços do agronegócio, que cresce por méritos inegáveis, especialmente no que se refere a investimentos em pesquisa e tecnologia e também em sustentabilidade. Porém, o setor está sujeito a diversos fatores alheios a sua vontade, como clima, preços internacionais das commodities, comportamento da economia em países importadores da produção brasileira, guerras e pandemias. Qualquer tropeço e lá se vai uma expectativa antes promissora.

Por isso, o bom desempenho do agro deveria ser o diferencial brasileiro, não a sua base de sustentação. O ano de 2023 passou sem que alguma medida concreta fosse instituída em direção à revolução da "neointustrialização" prometida pelo presidente Lula da Silva e por seu vice, Geraldo Alckmin, em artigo publicado em maio no Estadão. Naquele texto, viam-se sinais de disposição do governo em apostar, enfim,

na capacidade produtiva nacional de forma efetiva, planejada e contínua. De lá para cá, contudo, quase nada aconteceu - e o que aconteceu foi decepcionante, como o velho incentivo à compra de carros, que nem sequer mudou de patamar a indústria automotiva.

A visão deturpada de que o incentivo ao consumo resolve tudo é o que faz do País um prisioneiro de políticas mal elaboradas e de curto prazo que, quando muito, causam soluços de crescimento e voos de galinha. Sem incentivos sólidos ao investimento, público e privado, a economia continuará fragilizada, com resultados tímidos que só com muita boa vontade podem ser classificados como crescimento. E quando se fala em investimento, não é gasto puro e simples, como parece ser a visão governamental, e sim dinheiro aplicado em maquinário, programas de capacitação, desenvolvimento tecnológico e tudo o mais que confere sustentabilidade ao crescimento.

A taxa de investimento brasileira - conhecida pela rubrica FBCF, formação bruta de capital fixo - está atualmente em 16,6%. Esta é a fração do **PIB** nacional aplicada em projetos para gerar mais riqueza. Muito pouco. Nos países emergentes a média gira em torno de 30%. Há um consenso entre economistas que o País necessita de, ao menos, 25% por no mínimo uma década para crescer, de forma sustentada, em torno de 4% ao ano. Estamos longe dessa média decenal. De acordo com os dados do IBGE, o máximo foi nas décadas de 1970 e 1980, com a média de 21,9%. De lá pra cá, ladeira abaixo.

O crescimento econômico de longo prazo não depende de gambiarras. A solução é um planejamento sério e a tão necessária política industrial

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pela 1ª vez desde 2017 - Preço dos alimentos, como carnes, aves e ovos, fecha o ano em queda

**CAROLINA NALIN E CÁSSIA ALMEIDA**

Safra recorde, queda nos preços das commodities agrícolas e uma desinflação global vão fazer os preços dos alimentos caírem este ano, numa situação que não se via desde 2017.

O grupo alimentação no domicílio está com os preços em média 2,4% menores no acumulado até novembro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que acompanha o custo dos produtos para famílias que ganham de um a cinco salários mínimos, do IBGE. As estimativas dos economistas é de deflação de pouco mais de 1%, com as carnes ficando 9,4% mais baratas e as aves e ovos, 6,8%.

No ano, o INPC ficou em 3,1% até novembro, menor valor desde 2017. Enquanto o IPCA (índice amplo) engloba as famílias com renda entre um e 40 salários mínimos, o INPC acompanha bens e serviços que as famílias que ganham menos consomem. Por isso, o INPC funciona como um termômetro do impacto da variação dos preços dos alimentos entre a população de menor renda, para a qual a alimentação tem maior peso no orçamento.

O índice representa metade da população do país, em média.

O economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC Rio, explica que o país bateu recorde na safra de grãos este ano, o que ampliou a oferta de produtos como soja, milho e feijão. Esses itens têm impacto em outros produtos da cadeia, como óleo de soja, carnes e frango.

Além disso, os preços dessas commodities agrícolas que tinham subido por mais de dois anos com taxas de dois dígitos, por causa da pandemia e da guerra na Ucrânia, têm desacelerado fortemente e já chegam ao consumidor final, abrindo espaço no orçamento.

- Acho que, de fato, a população de renda mais baixa teve um ano bem melhor do que os anteriores. O Bolsa Família voltou, e o salário mínimo teve um aumento real (acima da **inflação**) no começo do ano. E agora, no fim do ano, teve o Desenrola, ajudando a

reduzir dívidas.

Tudo isso ajuda - afirma Cunha, ao elencar fatores que também contribuíram para aumentar o orçamento das famílias.

Coordenador dos índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ Ibre), André Braz avalia que o menor custo dos alimentos foi a principal âncora da **inflação** este ano, permitindo um índice de 4,4% no ano, dentro da meta estabelecida pelo governo de até 4,75%. Ele diz que óleo de soja, feijão-carioca, leite longa vida e frango devem terminar o ano com preço menor do que no ano passado, o que melhora a qualidade da alimentação: - As famílias não comem mais, elas comem melhor.

Além de poder comprar outras coisas que fazem falta no dia a dia - explica Braz.

RISCOS EM 2024 Apesar da melhora nos preços em 2023, o economista da FGV pondera que a queda não elimina todos os aumentos que os alimentos tiveram nos últimos anos. Eles continuam mais caros do que antes da pandemia. A alimentação no domicílio segundo o IPCA acumula alta de 45%, de janeiro de 2020 a novembro de 2023.

Fábio Romão, economista sênior da LCA Consultores, diz que além da supersafra de grãos, produtos in natura, como batata, cebola e frutas, subiram bem menos do que em 2022: -Na parte de proteína, estimamos queda de 9,4% nas carnes. O preço de aves e ovos deve cair 6,8%. Muitos itens na alimentação perderam força, e alguns entraram em deflação.

Mas o cenário positivo não deve se repetir no ano que vem, apontam especialistas.

O aumento das temperaturas com o fenômeno El Niño deve afetar as lavouras brasileiras e tende a encarecer frutas, legumes e verduras, além de carnes, frangos e ovos.

-O que foi fonte de alívio neste ano eu diria que não será no ano que vem - resume Cunha.

O economista explica que a previsão de uma safra menor e os efeitos climáticos do El Niño devem impactar produtos mais sensíveis ao calor, como frutas, hortaliças e legumes: - (A **inflação** de alimentos) ainda não vai ser um vilão, mas seguramente não será como a gente está vendo neste ano - diz Cunha.

Braz afirma que o El Niño deve atrapalhar a safra do ano que vem, mas seus efeitos podem ser atenuados caso o volume de chuvas seja maior e mais regular. Mas a tendência é que as altas temperaturas perdurem até meados de abril de 2024, afetando o ciclo de plantio das culturas de soja e milho.

Como resultado, há o repasse para os preços de óleo de soja, carnes, frangos e ovos, já que essas commodities são a base da alimentação na pecuária e na avicultura.

#### COMPENSAÇÃO PARA A ALTA

Este ano, o El Niño já afetou preços de alguns alimentos in natura no fim do ano, levando o IPCA de alimentos ao patamar positivo nos últimos dois meses, após uma sequência de quatro deflações entre junho e setembro. Agora, poderá afetar também os preços de proteínas.

- Ano que vem não vai ser tão favorável, os alimentos vão voltar a subir. Espero uma queda de 1% para alimentos e bebidas em 2023.

Para 2024, pode-se registrar uma alta de 4%, já embutido o risco do El Niño. Vai depender do rigor do fenômeno climático e do quanto ele vai prejudicar essa safra que ainda não foi plantada. Por isso, essa estimativa pode até subir - alerta Braz.

Outros preços que também pesam no orçamento das famílias que ganham menos podem compensar, contudo, o encarecimento dos alimentos. Segundo Romão, não é esperado aumento na tarifa de ônibus.

Em ano eleitoral, os prefeitos evitam dar reajuste.

Os remédios também devem subir menos, já que acompanham a **inflação** do ano anterior. Como, em 2023, os índices serão menores do que os de 2022, espera-se uma alta inferior à deste ano. Além disso, as carnes e aves não devem subir muito, diz Romão: - Estamos prevendo alta de 6,3% para as carnes em 2024, abaixo da queda deste ano. Para as aves, prevemos reajuste de 2,8%. Não vão devolver a queda deste ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Presidente do BC quer juros baixos - MÍRIAM LEITÃO

## MÍRIAM LEITÃO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acha que "a taxa de juros no Brasil é alta". Diz que no ano que vem, último como presidente do BC, quer juros os mais baixos possíveis e a **inflação** na meta. Reclama das agências de rating, avalia que "a nota do Brasil poderia ser melhor". Elogia o ministro Fernando Haddad, que fez "um esforço gigantesco para enquadrar o fiscal", e admite "é superdifícil cortar gastos no Brasil". Nega incômodo com a pressão política que enfrentou: "Foi um momento de grande aprendizado." Perguntado sobre as previsões para 2024, Campos Neto alerta que "as análises econômicas têm errado muito" e prevê que o **PIB** de 2024 pode ser maior do que o projetado nos documentos do Banco Central.

Fui ao BC entrevistar Roberto Campos Neto para o meu último programa do ano na Globo- News. A gravação foi na sala do Copom, diante de uma enorme tela de Portinari, o mesmo local onde ele fizera uma reunião, na véspera, com o ministro Fernando Haddad. Ao longo da entrevista ficou claro que Roberto Campos Neto concorda mais do que se imagina com Haddad e tem boas previsões para o Brasil.

-É difícil falar de 2024 sem, pelo menos, colocar em perspectiva que as análises econômicas têm errado muito ultimamente. Têm errado o crescimento, têm errado um pouco a **inflação**, têm errado muito o emprego, têm errado os números de crédito - disse, lembrando que esteve em reuniões em que se falava que o país teria um problema de crédito, e meses depois o país estava com números surpreendentes.

Campos Neto avalia o ano que vem como um fim de ciclo: -Vai ser meu último ano como presidente do Banco Central. Tenho perspectivas positivas, tem muita coisa que a gente gostaria de consolidar, e é importante entregar a **inflação** na meta e o juro o mais baixo possível, para ter a consolidação desse processo. O Banco Central é um órgão técnico, tem feito muita coisa pela sociedade e vai trabalhar pelo Brasil.

Perguntei sobre o ano de estresse político, com críticas pessoais a ele até do presidente da República. A resposta surpreendeu: -Acho que os momentos de

pressão são os que você mais aprende. Quando estou relaxado, dentro da zona de conforto, aprendo menos.

Então, olhando em retrospectiva, acho que foi um momento de grande aprendizado.

Ele diz que, com as variáveis de hoje, o ritmo da queda de juros, de meio ponto a cada reunião, está bom, mas admite que os juros são altos no Brasil, mesmo estando em queda: - A taxa de juros no Brasil é alta. Nós também achamos, trabalhamos para o equilíbrio e a possibilidade de cair o máximo possível.

Campos Neto diz que a taxa de juros caiu em relação aos outros países e sustenta que houve queda até em termos reais, quando se compara a projeção de **inflação** com a da taxa de juros. A queda foi resultado da melhora do quadro econômico brasileiro. Perguntei sobre a reunião com Haddad e ele contou que, durante o encontro, o ministro recebeu várias vezes telefonemas para negociar reformas: -Ele fez um esforço gigantesco para enquadrar o fiscal. É superdifícil cortar gastos nesse país. Temos trabalhado juntos. A proximidade aumentou bastante nos últimos tempos.

Sobre o crescimento do ano que vem, o BC prevê 1,7%, mas ele diz que tem o viés otimista e, olhando em volta, o que se vê é que o Brasil está muito melhor do que os vizinhos.

Por todos esses indicadores, Roberto Campos Neto afirma que o Brasil tem nota de crédito mais baixa do que merece.

- A nota podia ser um pouco melhor. Você não encontra um país tão reformista nos últimos tempos como o Brasil, e num período de tanta dificuldade.

Saindo da política econômica, Campos Neto afirma que a questão ambiental brasileira "melhorou bastante", tema que é uma preocupação importante dos investidores internacionais. "Eu alertei bastante o governo anterior" sobre isso.

É impossível não se emocionar na sala do Copom. Não pelos áridos debates sobre taxas de juros que ali ocorrem, mas pelo magnífico painel "Descobrimiento do Brasil", de Cândido Portinari, de quase cinco metros de altura por quatro metros de largura, que

cobre a parede de alto a baixo. O Brasil está ali pintado pela mão do mestre em seu momento inicial, com a caravela aportando para o desembarque.

Dos muitos personagens estão, em primeiro plano, os trabalhadores. Das muitas cores, predominam os tons terra e verde.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ibovespa supera 134 mil pontos e renova recorde

## VITOR DA COSTA

O Ibovespa renovou ontem seu recorde de fechamento, passando dos 134 mil pontos, enquanto o dólar comercial teve leve alta - mas acumula queda de 8,44% no ano e de 1,68% no mês. A moeda americana avançou 0,22%, a R\$ 4,8328, pressionada pela saída de dólares do país, que costuma ocorrer neste período devido ao pagamento de dividendos e ao repasse de lucros por multinacionais.

O principal índice da B3 subiu 0,49%, aos 134.194 pontos. O recorde de fechamento anterior havia sido registrado na véspera, quando o Ibovespa encerrou aos 133.532 pontos. Em dezembro, o índice sobe 5,39% e, no ano, acumula ganhos de 22,29%.

O dólar, apesar da leve alta de ontem, vem apresentando um movimento de desvalorização.

O cenário externo mais positivo, combinado com a melhora das contas externas e o menor receio sobre a redução de diferencial de juros entre Estados Unidos e Brasil, vem ajudando o real.

## CORTES PELO FED

O desempenho positivo é apoiado pela baixa do dólar no exterior nos últimos meses diante da percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) já encerrou seu ciclo de alta de juros e pode cortar as taxas antes do previsto inicialmente.

Com juros mais baixos por lá, os investidores tendem a levar seus recursos para outros mercados que, apesar do maior risco, oferecem retornos maiores.

- Vimos as moedas de América Latina tendo maior destaque, com bom desempenho das divisas de México, Brasil e Colômbia. A principal novidade no fim de ano foi o Fed deixando muito claro que pararam de subir juros.

Estamos vendo um rali de fim de ano não só nas moedas, mas com Bolsas subindo e curvas de juros fechando. O real está se beneficiando também por conta disso - afirma o gestor de moedas do Opportunity Total, Valter Unterberger.

O Fed manteve os juros entre 5,25% e 5,5% - o maior

patamar desde 2001 - em suas últimas três reuniões.

Na última, a autoridade monetária cortou suas projeções sobre as taxas no fim de 2024, o que ajudou a intensificar a baixa do dólar e do rendimento dos títulos do Tesouro americano, os Treasuries.

-Tendo em vista um possível início de corte de juros nos EUA e Europa em 2024, vemos os títulos americanos já reduzindo o retorno, abrindo espaço para o fluxo de capital para países emergentes de maior risco e, conseqüentemente, favorecendo a moeda local frente ao dólar - explica o operador de renda variável da Manchester Investimentos, André Luiz Rocha.

Já no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), mantém uma postura cautelosa. O Copom tem reiterado que o atual ritmo de redução da Selic, de 0,50 ponto percentual, é apropriado. Parte dos agentes de mercado, porém, já vê espaço para uma aceleração nos cortes, devido a fatores como melhora do cenário externo, o processo de desinflação e a queda da atividade.

Ainda assim, o Copom afirma que não há relação mecânica entre a melhora externa e o cenário local, ressaltando que as expectativas de **inflação** seguem desancoradas.

A postura do BC reduziu os receios de uma redução no diferencial de juros entre Brasil e EUA, o que fornece suporte ao real. Isso porque a atratividade das operações de carry trade, que envolve tomar recursos em países com juros baixos e alocá-los em mercados com rendimentos mais altos, permanece.

Unterberger, do Opportunity Total, lembra que o início do ano ainda era marcado pelas incertezas sobre o cenário fiscal com o novo governo.

Com a apresentação do arcabouço e o ministro da Economia, Fernando Haddad, conquistando mais confiança do mercado, esses receios foram se dissipando.

## RECUO NAS PROJEÇÕES

Outro fator apontado como favorável ao real por especialistas é a melhora nas contas externas. O ano

tem sido marcado por superávits recordes na balança comercial brasileira, com o impulso do agronegócio e recuo das importações.

Em relatório, o banco BTG Pactual afirma que o "expressivo superávit comercial" é compatível com um dólar a R\$ 4,80 em 2024.

Diversos bancos e corretoras têm revisado para baixo suas apostas para o câmbio em 2024.

Economistas do Itaú reduziram sua projeção de R\$ 5,25 para R\$ 4,90, citando a perspectiva de cortes de juros nos EUA e o bom desempenho da balança comercial.

O Bank of America também observa um cenário benigno e vê o dólar a R\$ 4,75 no fim do ano que vem.

Já o Santander avalia que os riscos fiscais domésticos devem limitar a baixa do dólar em 2024 e mantém sua projeção em R\$ 5,25.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reajustes salariais

O reajuste mediano de salários em novembro foi de 5% e ficou 0,9 ponto percentual acima do INPC (4,1%), segundo o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). No mês, 67,6% dos rea-

justes salariais ficaram acima do INPC acumulado em 12 meses, de acordo com o boletim. Foi o menor percentual de reposição acima da **inflação** desde abril. Ficaram iguais ao INPC 28,6% dos reajustes salariais homologados em dezembro.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187750?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187750?page=1&section=1)**